

A EDUCAÇÃO NOS ESCRITOS DE GRAMSCI*

Betty Antunes de Oliveira

Universidade Federal de São Carlos – SP

A problemática da educação não foi necessariamente a meta dos escritos de Gramsci. No entanto, esta problemática foi um dos fatores essenciais subjacentes não só em sua militância cotidiana desde sua proposta de uma associação de cultura proletária em 1917¹ até sua prisão em 1927, como também de seus escritos no cárcere. Em análises sobre suas iniciativas concretas de proporcionar condições ao proletariado para a vivência participante do “clima cultural” no qual se via inserido; sobre o significado e a relação dinâmica entre conceitos tais como os de “hegemonia”, “senso comum”, “bloco histórico” etc.; sobre a relação massa x intelectuais e sua função no “bloco histórico” (para citar alguns aspectos de sua obra), percebe-se a “autêntica vocação pedagógica de Gramsci”, como diz Manacorda².

A problemática educacional, para Gramsci, é entendida no seio da estrutura social, como aspecto determinado pela instância econômica, mas que, por razões diversas pode, em determinadas situações, contribuir para a transformação dessa instância e, conseqüentemente, da estrutura social. E dentro dessa problemática, a questão escolar é um dos aspectos que lhe interessa muito. Mesmo no seu tempo de cárcere esse aspecto é retomado em vários momentos e de modo específico, tanto em suas cartas³ como nos demais escritos.

Para que a função de educação seja melhor compreendida em todos esses seus escritos, é necessário ter claros alguns conceitos básicos, suas inter-relações e, conseqüentemente, suas implicações com a educação e vice-versa.

Por Estado, no seu sentido amplo, “deve-se entender, além do aparelho governamental, também o aparelho ‘privado’ de ‘hegemonia’ ou Sociedade Civil”, diz Gramsci⁴. Mais adiante esclarece ainda:

permanecemos sempre no terreno da identificação do Estado e de governo, identificação que não passa de uma reapresentação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre Sociedade Civil e Sociedade Política, pois deve-se notar que à noção geral do Estado, entram elementos que também são comuns à noção de Sociedade Civil

(*) Este texto constitui, em alguns aspectos, parte de Referencial Teórico da tese de doutoramento da autora, apresentada na PUC-SP em set/78 e que será lançada em breve como livro com o título **O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior**, editado pela Cortez Editora e Autores Associados, SP.

(neste sentido, poder-se-ia dizer que Estado = Sociedade Política + Sociedade Civil, isto é, hegemonia revestida de coerção).⁵

Numa de suas cartas à cunhada, Gramsci especifica ainda mais essa concepção ampla de Estado que

comumente é entendido como Sociedade Política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio de Sociedade Política com a Sociedade Civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas etc....⁶

Esta hegemonia na Sociedade Civil é mantida através do consenso disseminado por suas instituições (escola, igreja, sindicato, meios de comunicação etc.) e se fundamenta na ideologia do grupo dirigente. Desse modo, o grupo dirigente procura "cimentar e unificar"⁷ sua concepção de mundo e hábitos e costumes, daí decorrentes, em todo o "bloco cultural e social" de um dado período histórico. No entanto, a assimilação dessa ideologia não é feita de "forma pura"⁸ pelos demais grupos sociais, mas a partir das concepções de mundo próprias de cada grupo. Sendo assim, o produto dessa assimilação é um conjunto contraditório de elementos justapostos, fragmentários, sem "organicidade", e como tal acríticos, constituído pelos resíduos das concepções de mundo anteriormente dominantes, da ideologia dominante do momento e daquelas emergentes. Esse produto é o "senso comum". No entanto, dentro desse aglomerado acrítico (o "senso comum"), encontra-se o que se pode chamar seu núcleo válido — o "bom-senso".⁹

É no seio da Sociedade Civil, (sobre a base do "senso comum") que circulam as mais variadas ideologias e outras concepções de mundo (não necessariamente organizadas), apesar da hegemonia daquela do grupo dominante e da sua disseminação organizada. Nesse sentido, concebe-se que é no âmbito das instituições da Sociedade Civil que se processa o movimento contraditório de conservar e ao mesmo tempo minar o tipo de estrutura de uma determinada sociedade. Para cercar esse segundo momento e com isso manter e assegurar a estrutura do poder instalada, a Sociedade Política lança mão de medidas de coerção. O grupo que no momento em questão está no poder mantém-se, assim, através dos organismos da Sociedade Civil, pela hegemonia (o consenso obtido pela persuasão), e da Sociedade Política, pela coerção (obtida pela repressão e pela violência). Apesar dessa hegemonia e dessa coerção, o poder não fica automaticamente assegurado. O processo é dinâmico e eivado de contradi-

ções. Essas contradições ao nível da superestrutura são reflexos da contradição fundamental do “conjunto das relações sociais de produção”,¹⁰ da instância econômica — a infra-estrutura. O inter-relacionamento orgânico entre a infra-estrutura e a superestrutura formam o chamado “bloco histórico”. No período de aguçamento das contradições, esse inter-relacionamento se vê prejudicado e o grupo dirigente lança mão da força para assegurar o poder, procurando desarticular a emergência de um determinado grupo consciente desse processo e que pretende instaurar um novo “bloco histórico”. Verifica-se aí a “crise de hegemonia”.¹¹ É fundamental distinguir no conceito gramsciano de “hegemonia” a diferença entre “direção” e “dominação”. A hegemonia pode vir sendo conseguida por um determinado grupo antes mesmo de ser dominante, isto é, a hegemonia vai sendo conseguida na medida em que o grupo consegue suscitar um consenso que ultrapasse suas fronteiras através de uma direção orgânica (política e cultura). Gramsci dá, desse modo, um significado mais dinâmico ao conceito de “hegemonia” que aquele dado por Lenin, o qual concebe o sentido de “direção”, contido nesse conceito, como só sendo possível a partir do momento em que a dominação já foi efetivada.¹²

Nesse sentido é que a tarefa do intelectual é decisiva já que cabe a ele assumir a direção orgânica do grupo no qual atua.

Na medida em que um grupo subalterno esteja organizado de maneira consciente através de seus intelectuais, há, no momento de “crise de hegemonia”, a possibilidade desse grupo romper os laços do “bloco histórico” existente e organizar um novo.

Por outro lado, é preciso compreender a “hegemonia” de um grupo dirigente de determinado “bloco histórico” dentro de um quadro onde as relações de forças (sejam elas sociais, políticas e militares) interagem entre si, combinando-se de maneiras diversas.¹³ A relação das forças sociais está

“estritamente ligada à estrutura objetiva, independente da vontade dos homens” (...)
 “À base do grau de desenvolvimento das forças materiais de produção estruturam-se os agrupamentos sociais, cada um dos quais representa uma função e ocupa uma posição determinada na produção.”¹⁴

A análise desse tipo de relação de força, permite identificar “o grau de realismo e de viabilidade”¹⁵ das várias ideologias aí subjacentes. Na análise da relação das forças políticas é possível captar “o grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vá-

rios grupos sociais".¹⁶ Essa relação de forças políticas não se dá só no interior de uma nação, mas também entre nações.

"As relações internacionais" (...) "seguem (**logicamente**) as relações sociais fundamentais", diz Gramsci. "Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações 'absolutas' e 'relativas' no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares." (...) "quanto mais vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, mais um partido determinado representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários".¹⁷

E esse partido embora preconize estar representando

as forças vitais do seu país, representa a sua subordinação e a servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas.¹⁸

Na relação de forças militares distinguem-se dois graus: "O militar, num sentido restrito ou técnico-militar, e o grau que pode ser denominado de político-militar".¹⁹ O jogo entre esses três tipos de relações de forças que interferem nos dois níveis da estrutura social é que vai dar o caráter de "organicidade" ou não "organicidade" de determinado "bloco histórico". Por outro lado, a análise desse jogo entre as relações de força não pode descurar da inter-relação entre o que Gramsci chamou de "movimentos orgânicos (relativamente permanentes)" e os "elementos 'de conjuntura' (que se apresentam ocasionais, imediatos, quase acidentais").

...os fenômenos de conjuntura dependem, é claro, de movimentos orgânicos, mas seu significado não tem um amplo alcance histórico: eles dão lugar a uma crítica política miúda, do dia-a-dia, que investe os pequenos grupos dirigentes e as personalidades imediatamente responsáveis pelo poder. Os fenômenos orgânicos dão margem à crítica histórico-social, que investe os grandes agrupamentos, acima das pessoas imediatamente responsáveis e acima do pessoal dirigente.²⁰

Segundo Gramsci,²¹ "o nexa dialético entre as duas ordens de movimento" ("orgânico e conjuntural") "dificilmente pode ser estabelecido exatamente". Mas essa dificuldade pode ser tomada como um desafio, já que se pretende constatar e caracterizar um problema no sentido de evidenciar, a partir daí, as várias alternativas de sua superação.

É, dentro desse contexto, considerando-se não só a inter-relação entre os elementos “orgânicos” e “conjunturais” mas também a das relações das forças (sociais, políticas e militares), inter-relações essas que definem determinado “bloco histórico”, que se pode compreender a função dos intelectuais, sejam eles “orgânicos” ou “tradicionais”.

A função dos intelectuais

Qualquer que seja a atividade desenvolvida pelo homem, existe sempre uma “intervenção intelectual” nessa atividade, como diz Gramsci,²² segundo o qual “não se pode separar , ‘homo faber’ do ‘homo sapiens’”. Essa “intervenção intelectual”, porém, se verifica nos mais variados graus, de acordo com o tipo de atividade desenvolvida, observando-se nos tipos opostos (atividade “manual” e a atividade “intelectual”) “uma verdadeira e real diferença qualitativa”.²³ No entanto, o que caracteriza o chamado “intelectual” não está intrínseco nesse maior ou menor grau de intelectualidade da atividade que exerce e nem mesmo na sua qualidade, mas “no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais”.²⁴

Os intelectuais são, portanto, aqueles que na sociedade desempenham essa função.

E como é determinado essa função, e por quem ?

“Cada grupo social”, diz Gramsci, “nascedo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político...”²⁵

No entanto, em cada momento histórico coexistem no mesmo “bloco histórico”, os “intelectuais orgânicos” de um grupo social emergente e progressista” e os “intelectuais tradicionais”, “produtos” dos grupos sociais que já mantiveram a direção e/ou o domínio do momento histórico anterior. Estes acreditam-se “independentes” e “autônomos” do grupo social dominante do momento, e, como tal, possuiriam “características próprias”.²⁶ Essa coexistência não se verifica estanque e passiva. O grupo social dominante do momento ou mesmo aquele grupo que embora ainda não “dominante” mas já é “dirigente”,²⁷ busca conseguir, através de seus intelectuais, um consenso hegemônico intelectual, moral e político²⁸ que orienta sua ação dentro e fora de suas fronteiras. Esses “seus intelectuais” não constituem somente aqueles que emergiram de modo orgânico dentro

do próprio grupo social, mas também aqueles “intelectuais tradicionais” assimilados pela “conquista ideológica” desse grupo. É como diz Gramsci.²⁹

“...não existe uma classe independente de intelectuais mas cada grupo social tem seu próprio grupo de intelectuais ou tende a formá-lo para si, porém, os intelectuais da classe historicamente (e realisticamente) progressiva, nas dadas condições, exercem tal poder de atração que acabam, em última análise, por subordinar a si os intelectuais dos outros grupos sociais e, portanto, por criar um sistema de solidariedade entre todos os intelectuais.” (...) “Este fato verifica-se ‘espontaneamente’ nos períodos históricos em que o grupo social dado é realmente progressivo, isto é, faz avançar realmente toda a sociedade, satisfazendo não só as suas exigências existenciais, mas ampliando continuamente os próprios quadros pela contínua tomada de posse de novas esferas de atividade econômico-produtiva.”

Assim é que a categoria do intelectual enquanto “especialista” daquela atividade intelectual propriamente dita (onde a ação do “homo sapiens” se apresenta num grau de intensidade maior que a do “homo faber”)³⁰ se efetiva na medida de sua ligação com o grupo social emergente, ou com o dominante, ou mesmo com aquele que deixou de ser dominante, mas cuja interferência ideológica permanece subjacente naquele determinado momento histórico.³¹

A partir desse quadro acima exposto, é preciso identificar qual seria, então, a função social do intelectual orgânico do grupo social dominante, que pretende manter sua hegemonia.

Esses intelectuais, como “comissários” do grupo dominante, têm a função de ser os “funcionários” da superestrutura.³² É que através dos organismos da Sociedade Civil e da Sociedade Política o grupo fundamental mantém seu domínio sobre as classes subalternas de modo indireto. A mediação é feita por ação dos seus “intelectuais orgânicos” através da hegemonia (via Sociedade Civil) e da coerção (via Sociedade Política).

Para que a “hegemonia” se efetive, os intelectuais da classe dominante elaboram a ideologia correspondente à sua “visão do mundo” que impregna toda a vida cultural da sociedade difundindo-a através dos meios de comunicação e dos demais organismos da Sociedade Civil, favorecendo um consenso “espontâneo”. Como “funcionários” da superestrutura, atuando nos organismos da Sociedade Política, elaborando o material jurídico que assegura “legalmente” a disciplina social. Além do mais, pre-

param e organizam os especialistas de cada setor necessário às relações de produção (técnicos, economistas tecnocratas, professores etc.).

O “intelectual orgânico” (seja ele oriundo da classe dominante ou um “intelectual tradicional” assimilado e conquistado pelos primeiros) é uma mediação entre a classe fundamental e a massa dentro do “bloco histórico”, possibilitando a “hegemonia” dessa classe. Essa ação mediadora do intelectual, no entanto, não é tranqüila como pode parecer à primeira vista. “Algumas das categorias de intelectuais (a serviço direto do Estado, especialmente burocracia civil e militar), ainda estão muito ligados às velhas classes dominantes”.³³

Há que se considerar também o que se verifica nessa duplicidade: aquilo que Gramsci chama de “consciência contraditória”, o que seria uma duplicidade de consciência teórica que está implícita em cada ação:

“...uma implícita no seu agir e que realmente o une a todos seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra superficialmente explícita ou verbal, que herdou do passado e acolheu sem crítica”. (...) Esta consciência verbal “unifica um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de maneira mais ou menos enérgica, que pode chegar até um ponto em que a contraditoriedade da consciência não permita ação alguma, nenhuma decisão, nenhuma eleição, e produza um estado de passividade moral e política.”³⁴

Essa ambigüidade (da qual os intelectuais não estão isentos) será tanto menor na medida em que o grupo de “intelectuais orgânicos” (os “criados” pela própria classe e os “assimilados” de outras) conseguir formar consenso de uma “unidade intelectual e de uma ética”,³⁵ de acordo com uma concepção da realidade que se esmere por superar o nível do “senso comum” (mas a partir dele, delimitando-se o seu núcleo comum — o “bom-senso”) nas suas atitudes através de uma postura crítico-reflexiva, nunca atingindo, entretanto, de modo absoluto.

Nesse contexto é que o processo de assimilação e “conquista” dos “intelectuais tradicionais” pelos “intelectuais orgânicos” da classe dominante se torna uma faca de dois gumes. De um lado, aqueles fazem, até certo ponto, o jogo para o qual foram assimilados. Por outro, porém, continuam ainda, em certo sentido, “ligados” ao modo de agir e pensar próprio das classes de onde procedem.

Há também a considerar os “intelectuais socialmente ‘vagabundos’, desencantados etc., que andam à deriva, mas que estão prontos a ancorar em qualquer bom porto”,³⁶ e que, por isso podem estar “contra

ou a favor, ou muito pelo contrário, "de acordo com os interesses que encontram nesse "bom porto". Surge, então, o "conflito".³⁷ É nesse sentido que se pode dizer que, instalada a "crise de hegemonia" de determinado "bloco histórico", os intelectuais "conquistados" se vêem descompromissados e estabelecem a ruptura do vínculo com o grupo "dirigente".

A vinculação dinâmica entre intelectual e massa, portanto, implica necessariamente a inter-relação teoria x prática: uma prática política a partir de uma "concepção de mundo coerente e unitária", onde ambos tenham participação ativa e se influenciem reciprocamente. Quando isso não se verifica a função mediadora dos intelectuais em relação às massas é invertida: não atende aos interesses populares e sim aos interesses do grupo do poder.

O estudo que Gramsci desenvolveu sobre os intelectuais o levou a fazer no período de 1930 — 1932,³⁸ considerações e sugestões sobre o problema da organização escolar e sua função, o que se pretende resumir no item seguinte.

A função da escola

O progresso científico e tecnológico da vida moderna tem permeado de modo decisivo as práticas mais elementares da vida cotidiana, de modo que, segundo explica Gramsci,³⁹

toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam na escola.

Anteriormente ao maior e mais rápido desenvolvimento industrial da sociedade moderna existia, de um lado, a "escola clássica" que transmitia a "cultura geral ainda indiferenciada" para a classe dominante, e, de outro, "escolas profissionais" destinadas à formação de variadas especializações do trabalho, que seriam desenvolvidas pela classe subalterna.⁴⁰ Essa diferenciação, porém, não surgiu de um plano conscientemente elaborado mas de "modo caótico, sem princípios claros"⁴¹, o que não era exclusivo da organização escolar existente, mas reflexo da "crise orgânica" que se vinha caracterizando. O contínuo progresso industrial, porém, mostrou a necessidade de um moderno quadro de intelectuais (diretamente produtivos, porque condizentes com aquele progresso), mas não a nível das escolas profissionais (trabalho manual) existentes. Surgiu, então,

ao lado da escola clássica, a escola técnica (profissional mas não manual), o que colocou em discussão o próprio princípio da orientação concreta de cultura geral, da orientação humanista de cultura geral fun-

dada sobre a tradição greco-romana. Esta orientação, uma vez posta em discussão, foi destruída, pode-se dizer, já que a capacidade formativa era em grande parte baseada sobre o prestígio geral e tradicionalmente indiscutido de determinada forma de civilização.⁴²

O surgimento desse novo tipo de escola (como parte da “política de formação dos modernos quadros intelectuais”⁴³ para o processo produtivo) esteve, portanto, condicionado às novas conjunturas industriais. Nesse contexto é que esse tipo de escolas assumiu importância fundamental no sentido de assegurar não só a “qualidade” desse moderno quadro de intelectuais nas diversas especializações, mas também as funções que esses intelectuais teriam dentro da sociedade promovendo o que Gramsci chama de “alta cultura”⁴⁴ a função técnica e a função política (“o especialista político”).⁴⁵

Sendo assim, a escola ocupa um lugar estratégico para a formação dos intelectuais. Nela, através do exercício da “hegemonia”, é disseminada a Ideologia do grupo que está no poder reproduzindo, assim, as relações de produção existentes. Esse exercício da “hegemonia” se faz não só a nível do ideário como a nível das práticas materiais. “Cada relação de ‘hegemonia’ é”, como explica Gramsci, “necessariamente uma relação pedagógica”⁴⁶. Na medida em que aquelas relações de produção estiverem fundamentadas na exploração da maioria pela minoria, há um reflexo dessa contradição no seio escolar nesses dois níveis citados. Nesse contexto, o que é proclamado, principalmente através da legislação educacional, afirma a necessidade da função técnica e da política. Na prática, porém, a função técnica é aparentemente hipervalorizada em detrimento da função política. No entanto, verifica-se no mecanismo de assimilação da Ideologia dominante pelo indivíduo que essa ideologia (inclusive aquela expressa na legislação educacional) não é assimilada de modo “puro”,⁴⁷ mas em aspectos fragmentários justapostos à concepção de mundo já existente, formando o “senso comum”. A coexistência das várias concepções de mundo com a Ideologia dominante dentro da escola (como acontece também nos demais organismos da Sociedade Civil), possibilita pelas suas contradições, a emergência das consciências e, conseqüentemente, a tomada de posição de certos indivíduos ou grupos. Desse modo é que se pode afirmar que a escola é um dos organismos da Sociedade Civil onde são reproduzidas as relações de produção para conservar determinado tipo de instância econômica existente, mas também onde surgem mecanismos que vão minar as estruturas desta mesma instância.

É que, como explica Gramsci, há uma “reciprocidade necessária entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é, por certo, o processo dialético real)”⁴⁸ e, portanto, “as superestruturas reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia etc.”⁴⁹.

Sendo a escola "o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis"⁵⁰ e levando-se em consideração principalmente as colocações imediatamente anteriores, conclui-se que, na sociedade capitalista, é a própria escola (seja ela pública ou privada) que produz tanto os intelectuais que vão servir à manutenção do poder do grupo dominante como os intelectuais que vão negar essa manutenção e, ainda, propor a sua superação, podendo surgir disto um novo "bloco histórico".

Em síntese: o "bloco histórico", compreendido como o inter-relacionamento orgânico entre a infra e superestrutura de uma dada sociedade "reflete o conjunto das relações sociais de produção" aí assumidas. O Estado, no seu sentido amplo, é constituído pela Sociedade Política mais Sociedade Civil: a superestrutura. A Sociedade Política atua como aparelho coercitivo através de seus organismos (Exército, Política, Governo etc.), amoldando a massa ao tipo de produção e à economia vigente. A Sociedade Civil mantém a hegemonia da Ideologia Dominante pelo consenso através de seus organismos (Escola, Família, Igreja, Sindicatos, Meios de Comunicação etc.), tendo em vista os interesses econômicos. Os intelectuais como "funcionários" do aparato estatal, têm a função de elaborar, disseminar e efetivar essa Ideologia do grupo que detém o poder a fim de, pela persuasão, formar um consenso que garanta a hegemonia desse grupo. A assimilação dessa Ideologia não é conseguida na sua forma "pura", mas esbarra com crenças, hábitos e costumes provenientes de uma assimilação também parcial, fragmentária e acrítica de ideologias anteriormente dominantes. O conjunto desses elementos justapostos e contraditórios forma o "senso comum", dentro do qual é possível delimitar-se o núcleo válido — o "bom senso". Isso quer dizer que é no seio da Sociedade Civil que circulam várias ideologias sobre o pano de fundo do "senso comum". Este permeia, inclusive, a legislação em vigor, que, ao ser efetivada nos organismos da Sociedade Civil, contribui para a formação do consenso desejado pelo grupo que detém o poder. A circulação dessas várias ideologias como também do conjunto contraditório de fragmentos de ideologias que constitui o "senso comum" empresta às instituições a possibilidade de conservar e, ao mesmo tempo, minar o tipo de estrutura vigente da Sociedade. Os "intelectuais orgânicos" de um grupo social não dominante, ao captarem o espaço criado por essa contradição e ao delimitarem uma ação possível e conseqüente, contribuem, no mínimo, para a rachadura do "bloco histórico" existente. A hegemonia desse grupo pode-se efetivar como "direção", reagindo às estruturas e ao poder vigente, antes mesmo da "dominação", que é alcançada com a tomada do poder. Sendo a escola um dos organismos da Sociedade Civil, não está, portanto isenta do papel de conservar e minar o tipo de estrutura social em que está inserida.

BIBLIOGRAFIA

- GRAMSCI, Antonio, **Cartas do Cárcere**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966, 420 p.
- GRAMSCI, Antonio. **El Materialismo Histórico e la Filosofía de B. Croce**, Juan Pablos, México, 1975, 256 p.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1976, 435 p.
- GRAMSCI, Antonio. "O Ressurgimento", in **Obras Escolhidas**, Editorial Estampa, Lisboa, 1974, pp. 71 – 186.
- GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, 244 p.
- GRAMSCI, Antonio. **Passado y Presente**, Granica, Buenos Aires, 1974, 285 p.
- MANACORDA, Mario Alighiero, **El Principio Educativo en Gramsci**, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1977, 313 p.

NOTAS

- (1) Cf. Mário Alighiero Manacorda. **El Principio Educativo en Gramsci**, p. 22.
- (2) *Ibidem*, p. 52.
- (3) Na carta de 14-11-31 à sua mulher escreve: "A questão escolar interessa-me muitíssimo", In **Cartas do Cárcere**, p. 259.
- (4) Antonio Gramsci. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 147.
- (5) *Ibidem*, p. 149.
- (6) Antonio Gramsci. **Cartas do Cárcere**, p. 224 (carta de 7-9-31).
- (7) Antonio Gramsci. **El Materialismo Histórico y la Filosofía de B. Croce**, p. 12.
- (8) *Ibidem*, p. 24.
- (9) Antonio Gramsci. **El Materialismo Histórico y la Filosofía de B. Croce**, p. 16.
- (10) *Ibidem*, p. 48.
- (11) Antonio Gramsci. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 55.
- (12) Vide Antonio Gramsci, **Passado y Presente**, pp. 74 – 75 e, ainda, seu texto sobre o Ressurgimento in **Obras Escolhidas**, vol. II, pp. 72 – 76.
- (13) Cf. Antonio Gramsci. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, pp. 43 – 51.
- (14) *Ibidem*, p. 49.
- (15) *Ibidem*, p. 49.
- (16) *Ibidem*, p. 49.
- (17) Antonio Gramsci. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 44.
- (18) *Ibidem*, p. 44.
- (19) *Ibidem*, p. 51.

- (20) *Ibidem*, pp. 45 – 46.
- (21) *Ibidem*, p. 47.
- (22) Antonio Gramsci. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, p. 7.
- (23) *Ibidem*, p. 11.
- (24) *Ibidem*, p. 7.
- (25) *Ibidem*, p. 3. Na página seguinte Gramsci exemplifica esse tipo de intelectual: “o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por certa **capacidade dirigente e técnica** (isto é, intelectualada): ele deve possuir capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens; deve ser um organizador da ‘confiança’ dos que investem em sua fábrica, dos compradores de mercadoria etc.)”. (Grifo nosso) Sobre essa “capacidade dirigente e técnica” vida também nesta mesma obra p. 8.
- (26) Cf. Antonio Gramsci. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, p. 6.
- (27) Cf. Antonio Gramsci. “**O Ressurgimento**”, in: **Obras Escolhidas**, pp. 72 – 73.
- (28) *Ibidem*, p. 73.
- (29) *Ibidem*, pp. 75 – 76.
- (30) Cf. Antonio Gramsci. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, p. 7.
- (31) Quanto a isso, esclarece Gramsci, que “cada grupo social ‘essencial’, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou pelo menos na história que se desenrolou até aos nossos dias — categorias intelectuais pré-existentes as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”. *Ibidem*, p. 5.
- (32) *Ibidem*, pp. 10 – 11.
- (33) Antonio Gramsci. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 95.
- (34) Antonio Gramsci. **El Materialismo Histórico y la Filosofía de B. Croce**, p. 20.
- (35) *Ibidem*, p. 20.
- (36) *Ibidem*, p. 79.
- (37) Antonio Gramsci. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 95.
- (38) Mário A. Ignihiro Manacorda. **E Principio Educativo en Gramsci**, p. 256.
- (39) Antonio Gramsci. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, p. 117.
- (40) Cf. *Ibidem*, pp. 117 – 118.
- (41) *Ibidem*, p. 118.
- (42) Antonio Gramsci. **Os Intelectuais e a Organização de Cultura**, p. 118.
- (43) *Ibidem*, p. 118.
- (44) *Ibidem*, p. 9.
- (45) *Ibidem*, p. 8.
- (46) Antonio Gramsci. **El Materialismo Histórico y la Filosofía de B. Croce**, p. 34.
- (47) *Ibidem*, p. 24.
- (48) Antonio Gramsci. **El Materialismo Histórico y la Filosofía de B. Croce**, p. 49.
- (49) Antonio Gramsci. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, p. 44.
- (50) Antonio Gramsci. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**, p. 9.